

**AUDITORIA INTERNA: IDENTIFICAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTROLE  
INTERNO NA ÁREA FINANCEIRA DOS EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS DO  
MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA**

Leny de Almeida Rodrigues\*

**RESUMO**

Diante do crescimento da atividade agrícola e das grandes mudanças ocorridas no agronegócio, é necessário que os empreendedores desse segmento busquem ferramentas que os auxiliem no processo de gestão. A Auditoria Interna é um instrumento que pode ser usada não só na constatação dos erros e riscos, mas como suporte na exatidão dos controles internos. O presente trabalho constitui-se em um levantamento de dados a respeito da Auditoria Interna nos empreendimentos agrícolas e tem como objetivo principal analisar os sistemas de controles internos financeiros. A metodologia utilizada optou pelo método indutivo, o estudo é de caráter descritivo com uma abordagem qualitativa e quantitativa a partir de uma pesquisa de campo com aplicação de questionário com universo de 20 empreendimentos agrícolas e amostra de 8. Busca evidenciar a importância da Auditoria Interna nos sistemas de controle de venda e recebimento, financiamentos rurais, contas a pagar, ativo imobilizado, controle relacionado ao imposto de renda e lançamentos contábeis. Os resultados apontam que existem alguns controles inadequados que merecem maior atenção por parte dos empreendedores agrícolas, visto que, podem comprometer o sistema como um todo, necessitando, portanto de uma reformulação nesses controles para garantir o bom desempenho das atividades dos empreendimentos. Também foram destacados os controles adequados que atendem todos os aspectos fundamentais, procedimentos e práticas compatíveis aos interesses dos empreendimentos agrícolas. Destaca-se que a Auditoria Interna é extremamente importante para o alcance do sucesso empresarial, visto que atua como ferramenta essencial no auxílio do processo de gestão. Detectando e prevenindo possíveis falhas.

**Palavra Chave:** Auditoria Interna. Controles Internos. Empreendimentos Agrícolas.

\*Leny de Almeida Rodrigues – Bacharelado em Ciência Contábeis da Faculdade São Francisco de Barreiras. e-mail: leny.lucca@hotmail.com

\*Orientador Carlos André da Silva Prado – Bacharel em Ciências Contábeis, professor da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

\*Co-orientadora Luciana Silva Moraes – Bacharel em Ciências Contábeis, Mestre em Gestão Ambiental, professora e pesquisadora da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>4</b>
2.1 AUDITORIA .....	4
2.2 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA AUDITORIA .....	4
2.2.1 Evolução Histórica da Auditoria no Brasil .....	5
2.3 AUDITORIA INTERNA .....	6
2.3.1 Objetivos da Auditoria Interna .....	6
2.3.2 A Importância e Necessidade da Auditoria Interna.....	7
2.3.3 Normas de Auditoria Interna .....	8
2.3.4 Planejamento de Auditoria Interna .....	8
2.3.5 Procedimentos da Auditoria Interna .....	9
2.3.6 Papéis de Trabalho .....	9
2.3.7 Fraudes e Erros.....	10
2.3.8 Benefícios da implementação das práticas de auditoria interna na área financeira .....	11
2.4 CONTROLES INTERNOS .....	13
2.4.1 Objetivos do Controle Interno .....	14
2.4.2 Controles Financeiros .....	14
2.4.3 Avaliação do Controle Interno .....	15
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
4. ANÁLISE DOS DADOS .....	16
4.1 Análise dos Controles Gerais.....	16
4.2 Análise dos Controles Internos Relacionados a Venda e Recebimento.....	17
4.3 Análise dos Controles de Caixa .....	18
4.4 Análise dos Controles de Financiamentos Rurais .....	19
4.5 Análise dos Controles de Contas a Pagar .....	20
4.6 Análise dos Controles Relacionados ao Ativo Imobilizado.....	21
4.7 Análise dos Controles Relacionados ao Imposto de Renda .....	21
4.8 Análise dos Controles de Lançamentos Contábeis .....	22
4.9 Análise dos Resultados Gerais.....	22
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>25</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Diante do crescimento da atividade agrícola e das grandes mudanças ocorrida no agronegócio, é evidente a necessidade de identificar as principais práticas de controles internos na área financeira dos empreendimentos dessa natureza. Entretanto, é necessário que busquem ferramentas, as quais auxiliem no processo de gestão, visto que, a auditoria interna surgiu da necessidade de controlar os registros contábeis e das movimentações financeiras. Desta forma torna-se um instrumento que pode ser utilizada não só na constatação dos erros e riscos, mas como suporte na exatidão dos controles internos.

A auditoria interna tem se destacado como instrumento para garantir a maximização e qualidade dos resultados das entidades. De modo que visa assessorar a alta administração com os resultados das demonstrações econômicas – financeiras para a tomada de decisão. Desse modo, é uma ferramenta necessária para atender as exigências de um mundo empresarial, complexo e abrangente. Podendo ser aplicada pelas diversas organizações.

Tendo em vista a dificuldade dos empreendedores agrícolas, em sua maioria pessoa física, em implantar procedimentos internos que promovam a distinção das despesas particulares dos negócios agropecuários, além de controles financeiros da organização, o presente estudo identificou através de pesquisa de campo as principais práticas utilizadas por essas entidades, comparando-as com as técnicas de auditoria interna de modo que possa verificar a sua eficácia mediante as suas operações financeiras e patrimoniais.

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema a Auditoria Interna, identificação dos mecanismos de controle interno na área financeira dos empreendimentos agrícolas com foco no município de Barreiras estado da Bahia, município com grande potencial na agricultura.

Foi apresentada uma problemática onde se questionou quais os principais problemas e dificuldades encontrados pelos empreendedores rurais no que consiste a implantação, gestão e análises de suas operações financeiras ao olhar das práticas de auditoria. Teve como objetivo geral: evidenciar as principais práticas de gestão e controle financeiros utilizados pelos empreendedores agrícolas no município de Barreiras, correlacionando tais controles com as técnicas de auditoria interna; e como objetivos específicos: apresentar a evolução histórica da auditoria no Brasil, sua atual importância no contexto sócio - econômico frente aos desafios do agronegócio brasileiro; investigar os benefícios e o “*modus operandi*” da implementação

das práticas de auditoria interna na área financeira nas organizações e sua contribuição para mensuração dos resultados econômicos dos empreendimentos agrícolas; analisar, através de uma pesquisa de campo, como os empreendimentos agrícolas no município de Barreiras-BA, gera suas operações financeiras, preserva seus ativos e resguardam o patrimônio aziendal. Levantou-se a seguinte hipótese: a falta de controles dos empreendedores rurais dificulta a mensuração de seu real resultado econômico, impede a visualização de disponibilidade e necessidade de recursos futuros, ocasiona contingências de cunho fiscal “passivos ocultos”, além de não preparar o empreendimento para eventualidades futuras.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 AUDITORIA**

Auditoria é um exame metódico e organizado das atividades desenvolvidas em determinada entidade ou setor e tem como objetivo averiguar se elas estão de acordo com as disposições planejadas e/ou estabelecidas previamente e se foram implementadas com eficácia.

Conforme conceitua Franco e Marra (2000, p. 24)

Para mensurar a adequação e confiabilidade dos registros e das demonstrações contábeis, a Contabilidade utiliza-se também de uma técnica que lhe é própria, chamada *auditoria*, que consiste no exame de documentos, livros e registros, inspeções, obtenção de informações e confirmações internas e externas, obedecendo a normas apropriadas de procedimento, objetivando verificar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação nelas demonstrada, de acordo com princípios fundamentais e normas de contabilidade, aplicados de maneira *uniforme*.

A auditoria é de fundamental importância para a entidade, de modo que funciona como um controle gerencial, por meio de medição e avaliação da eficiência e eficácia de outros controles.

### **2.2 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA AUDITORIA**

A auditoria surgiu da necessidade de controlar os registros contábeis, as movimentações financeiras e muitos outros fatores ocorridos na origem e evolução da

auditoria. As empresas em decorrência da revolução industrial ou mesmo com a taxaço do imposto de renda baseado nos resultados apurados em balanço, acelerou mais a sua evoluço.

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmaço por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas. (ATTIE, 2000, p. 27)

Esta evoluço deu-se paralelamente com o desenvolvimento econômico, que impulsionou as grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas, onde necessitou de um controle adequado para a proteção de seus patrimônios (MARQUES, 2010).

### **2.2.1 Evoluço Histórica da Auditoria no Brasil**

No Brasil, o surgimento se deu mais significativamente no final da Segunda Guerra Mundial, quando começou com a entrada de multinacionais no Brasil, filiais das que existiam na América do Norte da Europa. Com isso, contribuiu a vinda das filiais de escritórios de auditoria que no exterior já prestavam serviços a estas empresas dando assim um avanço da auditoria no Brasil.

De acordo com Attie (2000, p. 29) “A evoluço da auditoria no Brasil está primariamente relacionada com a instalação de empresas internacionais de auditoria independente, uma vez que investimentos também internacionais foram aqui implantados e compulsoriamente tiveram de ter suas demonstrações financeiras auditadas”.

As principais influências que possibilitaram o desenvolvimento da auditoria no Brasil foram:

- a. filiais e subsidiárias de firmas estrangeiras;
- b. financiamento de empresas brasileiras através de entidades internacionais;
- c. crescimento das empresas brasileiras e necessidades de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas;
- d. evoluço do mercado de capitais;
- e. criação das normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972; e
- f. criação da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades Anônimas em 1976.

Entretanto, essa evolução trouxe várias experiências e necessidades para as entidades, haja vista que, verificando a importância de uma análise detalhada com os acontecimentos na entidade a auditoria tornou-se fundamental para esclarecimentos de informações minuciosas, diante disso os administradores passaram a ver a auditoria como uma necessidade e não obrigatoriedade.

## **2.3 AUDITORIA INTERNA**

Existem várias formas de conceituar Auditoria Interna, foram evidenciadas as principais definições. Jund (2005, p.27-28), por sua vez, define Auditoria Interna como:

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das áreas, em relação às atribuições e aos planos, às metas, aos objetivos e às políticas definidos para as mesmas.

Mello *apud* Silva (2008, p.16), por sua vez, define Auditoria Interna como:

A Auditoria Interna é uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade de desempenho das áreas em relação às atribuições e aos planos, metas, objetivos e políticas definidas para as mesmas.

Franco e Marra (2000, p. 217), por sua vez, define Auditoria Interna como:

A auditoria interna é aquela exercida por funcionário da própria empresa, em caráter permanente. Apesar de seu vínculo à empresa, o auditor interno deve exercer sua função com absoluta independência profissional, preenchendo todas as condições necessárias ao auditor externo, mas também exigindo da empresa o cumprimento daquelas que lhe cabem. Ele deve exercer sua função com total obediência às normas de auditoria e o vínculo de emprego não lhe deve tirar a independência profissional, pois sua subordinação à administração da empresa deve ser apenas sob o aspecto funcional.

Verifica-se que a Auditoria Interna é de suma importância para as empresas, uma vez que, o objetivo é beneficiar as organizações com um melhor controle de seu patrimônio.

### **2.3.1 Objetivos da Auditoria Interna**

O objetivo da auditoria interna é auxiliar a alta administração a desenvolver um trabalho adequado, desenvolvendo-lhes análises, recomendações e comentários objetivos,

referente às atividades que foram examinadas. Aoki e Sakurai (1989, *apud* PAULA, 1999, p.44) referindo-se ao objetivo da Auditoria Interna:

O objetivo da Auditoria Interna é assistir aos membros da organização no cumprimento efetivo de suas responsabilidades. (...) A Auditoria Interna fornece análises, avaliações, recomendações, conselhos e informações concernentes às atividades examinadas. O objetivo da auditoria inclui promover um efetivo controle a um custo razoável.

Portanto, o objetivo da Auditoria Interna não é apenas observar como os Controles Internos funcionam, mas também averiguar e examinar se as informações, além disso, estão sendo utilizadas com o objetivo de desenvolver as atividades da empresa. Como monitorar e estabelecer planos e métodos de trabalho para tornar os mecanismos mais eficientes atendendo principalmente aos interesses dos gestores (SILVA, 2010).

### **2.3. 2 A Importância e Necessidade da Auditoria Interna**

A auditoria interna é uma das mais importantes ferramentas para o controle administrativo. Uma vez que a ausência de controles adequados para organizações de estrutura complexa a expõe em inúmeros riscos. Em virtude disso, a Auditoria Interna vem se tornando um recurso indispensável para avaliar a eficiência dos gestores e zelar pela confiabilidade das informações geradas.

Segundo Paula *apud* Silva (1999, p. 40):

A Auditoria Interna é importante para a entidade por que:

- é parte essencial do sistema global do controle interno;
- leva ao conhecimento da alta administração o retrato fiel do desempenho da empresa, seus problemas, pontos críticos e necessidades de providências, sugerindo soluções;
- mostra os desvios organizacionais existentes no processo decisório e no planejamento;
- é uma atividade abrangente, cobrindo todas as áreas da empresa;
- é medida pelos resultados alcançados na assessoria à alta administração e à estrutura organizacional, quanto ao cumprimento das políticas traçadas, da legislação aplicável e dos normativos internos;
- apresenta sugestões para melhoria dos controles implantados ou em estudos de viabilização;
- recomenda redução de custos, eliminação de desperdícios, melhoria da qualidade e aumento da produtividade;
- assegura que os controles e as rotinas estejam sendo corretamente executados, que os dados contábeis merecem confiança e refletem a realidade da organização e que as diretrizes traçadas estão sendo observadas;

- estimula o funcionamento regular do sistema de custos, controle interno e o cumprimento da legislação;
- coordena o relacionamento com os órgãos de controle governamental;
- avalia, de forma independente, as atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos da companhia e por empresas controladas e coligadas;
- ajuda a administração na busca de eficiência e do melhor desempenho, nas funções operacionais e na gestão dos negócios da companhia.

Diante disso, pode-se constatar que a Auditoria Interna atua com o intuito de auxiliar a administração na tomada de decisão.

### **2.3.3 Normas de Auditoria Interna**

O CFC (1995) define no item 3.1.1 da NBC PI 01 – Normas Profissionais do Auditor Interno que:

O Contador, na função de auditor interno, deve manter o seu nível de competência profissional pelo conhecimento atualizado das Normas Brasileiras de Contabilidade, das técnicas contábeis, especialmente na área de auditoria, da legislação inerente à profissão, dos conceitos e técnicas administrativas e da legislação aplicável à Entidade.

As normas de auditoria diferem dos procedimentos de auditoria, uma vez que eles se relacionam com as ações a serem praticadas, conquanto as normas tratam das medidas de qualidade da execução destas ações e dos objetivos a serem alcançados através dos procedimentos. As normas dizem respeito não apenas às qualidades profissionais do auditor, mas também a sua avaliação pessoal pelo exame efetuado e do relatório emitido. (ATTIE, 2000, p. 55)

### **2.3.4 Planejamento de Auditoria Interna**

Conforme define Franco e Marra (2000, p. 291) Ao se iniciar um trabalho de auditoria, este deve ser cuidadosamente planejado, tendo em vista seu objetivo. Os exames e verificações serão orientados conforme o alcance visado pela auditoria.

Para Jund (2005, p. 408) O planejamento deve considerar todos os fatores relevantes, na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:

- a) o conhecimento detalhado das práticas contábeis adotadas pela entidade e as alterações procedidas, em relação ao exercício anterior;
- b) o conhecimento detalhado do sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade;
- c) os riscos de auditoria e identificação das áreas importantes da entidade, quer pelo volume de transações, que pela complexidade de suas atividades;
- d) a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados;
- e) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas;
- f) o uso dos trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos;



- g) a natureza, o conteúdo e a oportunidade dos pareceres, relatórios e outros informes, a serem entregues à entidade;
- h) a necessidade de atender a prazos estabelecidos por entidades reguladoras ou fiscalizadoras e para a entidade prestar informações aos demais usuários externos.

Pode-se verificar então que o planejamento é fundamental, é a etapa mais importante, para que se possa estabelecer um trabalho eficiente e eficaz.

### 2.3.5 Procedimentos da Auditoria Interna

De acordo Attie (2000, p. 131) “Em verdade, os procedimentos de auditoria são as ferramentas técnicas das quais o auditor se utiliza para a realização de seu trabalho, consistindo na reunião das informações possíveis e necessárias e avaliação das informações obtidas, para a formação de sua opinião imparcial”.

No entanto, Jund (2005, p. 454) afirma que:

Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas, e abrangem testes de observância e testes de substantivos.

Diante disso, os procedimentos de auditoria são de suma importância para o auditor fundamentar sua opinião.

### 2.3.6 Papéis de Trabalho

Almeida *apud* Silva (2008, p. 24) destaca que os principais objetivos dos papéis de trabalho de auditoria são os seguintes:

- atender às normas de auditoria geralmente aceitas;
- acumular as provas necessárias para suportar o parecer do auditor;
- auxiliar o auditor durante a execução de seu trabalho;
- facilitar a revisão por parte do auditor responsável, para que ele assegure-se de que o serviço foi efetuado de forma correta;
- servir como base para avaliação dos auditores;
- ajudar no trabalho da próxima auditoria (um conjunto de papéis de trabalho bem preparados serve de guia na auditoria do outro exercício social, concorrendo para que ela seja conduzida de forma mais eficiente);
- representar na Justiça (no caso de ser movida uma ação contra o auditor ou a firma de auditoria) as evidências do trabalho executado.

Para Attie (2000, p. 154) “Os papéis de trabalho formam o conjunto de formulários e documentos que contêm as informações e apontamentos obtidos pelo auditor durante seu exame, bem como as provas e descrições dessas realizações; constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento da sua opinião”.

Os papéis de trabalho é peça fundamental no desenvolvimento da auditoria. Uma vez que constituem o conjunto de documentos e apontamentos que o auditor reúne antes, durante e após a aplicação dos procedimentos de auditoria. É o instrumento utilizado para comprovar a realização do trabalho de auditoria.

### **2.3.7 Fraudes e Erros**

O CFC (2009) aprova na NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas da Auditoria. A diferença fundamental entre fraudes e erros reside na intenção. A intenção de cometer o ato e sua consequente omissão caracteriza a fraude. Se isso não ocorrer, trata-se de erro. Segundo Franco e Marra (2000, p. 213) A auditoria, quando objetiva a apuração de erros e fraudes, geralmente inclui revisão integral dos registros contábeis e dos documentos relativos à conta examinada. Nesse caso, a auditoria confunde-se com perícia contábil, compreendendo menor extensão, porém maior profundidade nos exames.

Entretanto, os auditores no decorrer do seu trabalho devem estar atentos a estas ações, caso seja detectados é de suma importância uma verificação mais detalhada, uma vez que, devem ser tomadas as decisões necessárias para que não venham trazer nenhum prejuízo e ainda evitar consequências futuras (SILVA, 2010).

De acordo a Resolução do CFC nº 1.282/10 no Art. 5º define que: O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

Em virtude disso, é fundamental que os auditores sejam bastante minuciosos no desenvolvimento de seus trabalhos, para garantir que todas as imposições legais estejam sendo cumpridas quanto aos direitos trabalhistas, recolhimento de tributos e se estão seguindo as diretrizes legais para a redução dos impactos ao meio ambiente. Desse modo garante a

continuidade da entidade, bem como abrange o número de emprego e beneficia a sociedade como um todo, tornando uma empresa comprometida com a responsabilidade social.

Estigara, et all (2009, p. 11) conceituam responsabilidade social como “A postura da empresa, norteadas por ações que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, realizadas em decorrência da atenção proporcionada aos interesses das partes com os quais interage (stakeholders), como acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governo, a fim de, por meio de sua atividade, satisfazê-los”. Haja vista que, o objetivo de uma entidade sustentável é obter crescimento econômico por meio da preservação do meio ambiente e pelo respeito aos anseios dos diversos agentes sociais, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

### **2.3.8 Benefícios da implementação das práticas de auditoria interna na área financeira**

Todo trabalho de auditoria deve iniciar-se por um planejamento, conhecendo-se previamente todos ou partes dos dados necessários ao exame. O CFC (1995) define no item 12.2.1 da NBC T 12 – Planejamento da Auditoria Interna que:

12.2.1.1 – O planejamento do trabalho da auditoria interna compreende os exames preliminares da entidade, para definir a amplitude do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração.

12.2.1.2 – O planejamento deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:

- a) o conhecimento detalhado dos sistemas contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade;
- b) a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados;
- c) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos exames da auditoria interna;
- d) o uso do trabalho de especialistas e outros auditores;
- e) os ciclos operacionais da entidade, relacionados com o volume de transações e operações;
- f) o conhecimento das atividades operacionais da entidade, como suporte para a análise eficaz dos procedimentos e sistemas de Contabilidade de Custos que estão sendo aplicados, para acompanhar e controlar o uso e o consumo de recursos, visando verificar a existência de desvios em relação às rotinas preestabelecidas;

g) o conhecimento da execução orçamentária, tanto operacional como de investimentos, no sentido de verificar a exatidão de apropriação dos valores, se os desvios estão sendo controlados e se as consequentes ações corretivas estão sendo aplicadas.

12.2.1.3 – O auditor interno deve documentar seu planejamento e preparar, por escrito, o programa de trabalho, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade e extensão.

12.2.1.4 – Os programas de trabalho, estruturados de forma a servir como guia e meio de controle, devem ser revisados e/ou atualizados quando necessário.

A atividade da Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade evidenciar provas suficientes e adequadas para fundamentar a opinião do auditor. Em virtude disso, agregar valor ao resultado da entidade, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios.

O CFC (1995) define no item 12.1.2 da NBC T 12 – Procedimentos da Auditoria Interna que:

12.1.2.1 – Os procedimentos de auditoria interna são os exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter provas suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações.

12.1.2.2 – Os testes de observância visam a obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da entidade.

12.1.2.3 – Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade.

12.1.2.4 – As informações que fundamentam os resultados da auditoria interna são denominadas de “evidências”, que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecerem base sólida para as conclusões e as recomendações.

Diante disso o auditor, a fim de que possa certificar-se sobre as informações apresentadas, aplica dois grandes conjuntos de testes de observância e os testes substantivos. Na sua aplicação devem ser considerados os seguintes procedimentos:

- a) inspeção – verificação de registros, documentos e ativos tangíveis;
- b) observação – acompanhamento de processo ou procedimentos quando se sua execução;
- c) investigação e confirmação – obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade;
- d) revisão analítica – análise por meio de índices e quocientes;
- e) cálculo – conferência de exatidão numérica.

Entretanto, o auditor na elaboração dos papéis de trabalho relata o exame praticado, bem como as provas e descrições dessas realizações, constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento de sua opinião, haja vista a importância da veracidade dos fatos examinados.

O trabalho da auditoria interna, quando aplicável, deve estar fundamentada de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, das Normas Brasileiras de Contabilidade e da legislação tributária, trabalhista e societária, bem como o cumprimento das normas reguladoras a que estiver sujeita a entidade.

A auditoria interna surge como proposta de responder as exigências de um mundo empresarial complexo, abrangente e dinâmico e que pode ser aplicada pelas diversas organizações, independentemente de seu tamanho ou natureza, desenvolvendo não apenas o papel de fiscalização, mas principalmente como estratégia de orientação para os gestores de alto nível e para os proprietários de capital (SANTOS, 2007).

## **2.4 CONTROLES INTERNOS**

Conforme conceitua Jund (2005, p. 371) “por controles internos entendemos todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que verificamos dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio”.

Por sua vez, Attie (2000, p.110) registra uma definição de Controle Interno emitida pelo AICPA:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Para Franco e Marra (2000, p. 261) “os meios de controle internos são todos os registros, livros fichas, mapas boletins, papéis, formulários, pedidos, notas, faturas, documentos, guias impressos, ordens internas, regulamentos e demais instrumentos de organização administrativa que formam o sistema de vigilância, fiscalização e verificação utilizados pelos administradores para exercer o controle sobre todos os fatos ocorridos na empresa e sobre todos os atos praticados por aqueles que exercem funções direta ou indiretamente relacionadas com a organização, o patrimônio e funcionamento da empresa”.

Controles internos bem elaborados e executados facilitam o progresso da organização, sendo de suma importância para a continuidade das atividades da empresa. Haja vista que procuram prevenir, corrigir falhas e evitar informações distorcidas.

#### **2.4.1 Objetivos do Controle Interno**

O controle interno é fundamental para as organizações haja vista que, tem como objetivo proteger os ativos, produzir dados confiáveis, bem como ajudar os gestores na administração e condução dos negócios da entidade.

Para Jund (2000, p. 371) Devido a imensa gama de procedimentos, práticas e informações que envolvem um sistema de controles internos, e que, em conjunto, possibilitam a consecução de seus fins, qual seja, o de controlar, torna-se extremamente arriscado definirmos de forma restrita os objetivos do controle, todavia, regra geral, um adequado sistema de controle interno, deve possuir os seguintes objetivos básicos, para atender aos interesses da empresa:

- garantir informações adequadas, visando à tomada de decisões;
- estimular o respeito e a obediência às políticas da administração;
- proteger os ativos;
- promover eficiência e eficácia operacional.

O controle interno além de proteger ativos e zelar pelos procedimentos, desempenha várias funções como: ajudar a garantir a confiabilidade dos dados contábeis e auxiliar a promover a eficiência operacional de uma organização. Logo, a formulação e a proposição de um bom controle interno em uma organização são fundamentais (DÓRICO, SANTIAGO, 2007).

#### **2.4.2 Controles Financeiros**

Administrar os recursos financeiros de uma organização é uma das atividades mais importante, uma vez que, os controles financeiros é a base de todos os controles internos da empresa. Os principais controles financeiros são: os controles de caixa, controles de contas a pagar e controles de contas a receber.

**Controle de Caixa:** tem a finalidade de manter registros de todos os recebimentos e pagamentos da empresa que ocorrem diariamente. O registro diário de caixa

constitui-se numa sequência de gastos e recebimentos efetuados durante um determinado período. Administrar o caixa significa controlar sua disponibilidade com base em uma compreensão e planejamento das necessidades financeiras (REINERT).

**Controle de contas a pagar:** proporciona uma visualização global dos compromissos assumidos pela empresa, permitindo acompanhar de forma fácil os pagamentos a serem efetuados em determinados período. O responsável pelas contas a pagar tem por objetivo verificar, controlar e processar os pagamentos de contas (REINERT).

**Controle de contas a receber:** Normalmente as contas a receber são representadas por faturas ou duplicatas e são relacionadas com as receitas da empresa. A correta administração das contas a receber pode resultar em melhorias das operações. O adequado planejamento de contas a receber, produzirá informação que satisfará as necessidades não somente do departamento de crédito, mas também o de vendas, de comercialização e outros serão beneficiados com a informação gerada por um sistema de contas a receber, mas além disso, o adequado planejamento desse sistema é um pré-requisito para que os usuários externos adquiram confiança na integridade de informações (REINERT).

Entretanto, para uma gestão eficaz da saúde financeira das empresas, é necessário a utilização eficiente de controles financeiros. Haja vista que, o objetivo de todas as entidades é obter lucro e para isso é necessário que se tenham dados e informações confiáveis oriundas dos controles de caixa, contas a pagar e contas a receber.

### 2.4.3 Avaliação do Controle Interno

A avaliação do sistema de controle interno servirá de base para o auditor determinar o grau de confiança que nele possa depositar e fixar a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados. Uma avaliação do controle interno permite uma seleção racional dos testes aplicados. Se o sistema for bom e confiável, tende-se a reduzir a extensão dos testes (MARQUES, 2010).

De acordo com Mas (2000, p. 21) “Atualmente, já se reconhece que a administração de uma empresa e a integridade de sua contabilidade dependem, em grande parte, de um sistema adequado de controle interno. Reconhece-se também que o auditor independente precisa conhecer sistemas de controle interno em geral, para determinar a extensão do exame”. O controle interno serve como ponto de partida e orientação para o auditor se apegar no setor mais deficiente da empresa, bem como, tomar as providências necessárias, determinar as possíveis consequências e sugerir reestruturação, correção ou manutenção dos sistemas de controles internos.

### **3. METODOLOGIA**

O presente estudo foi direcionado pelo método indutivo, “cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias”. (LAKATOS, MARCONI, 2010, p. 110). Em relação ao tipo de pesquisa foi utilizada a aplicada, uma vez que, objetiva adquirir novos conhecimentos para aplicação práticas e específicas.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, o desenvolvimento deste trabalho ocorreu de forma descritiva. Quanto à abordagem do problema essa pesquisa se desenvolveu de forma qualitativa e quantitativa.

Em relação à busca de informação para o desenvolvimento do presente trabalho, foi utilizada pesquisa bibliográfica.

A coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa de campo foi realizada nos escritórios agrícolas e o critério de escolha foi o acesso as informações dos empreendimentos. Os dados da pesquisa de campo foram coletados através de entrevistas com aplicação de questionário com respostas de múltipla escolha.

Em relação ao universo da pesquisa foi composto por escritórios agrícolas atuantes no município de Barreiras – BA. Esse universo em 15 de agosto de 2012 era composto por 20 escritórios. Os critérios técnicos para inclusão e exclusão dos escritórios presentes na amostra foram maior volume de operações e os que possuem algum tipo de controle financeiro. Portanto, a amostra que atendeu esses pré-requisitos foi um total de 08 escritórios.

A pesquisa tem como resultado o conhecimento científico, de modo que procura encontrar respostas ao problema levantado anteriormente, procurando sugestões que beneficiem o processo de gestão das entidades.

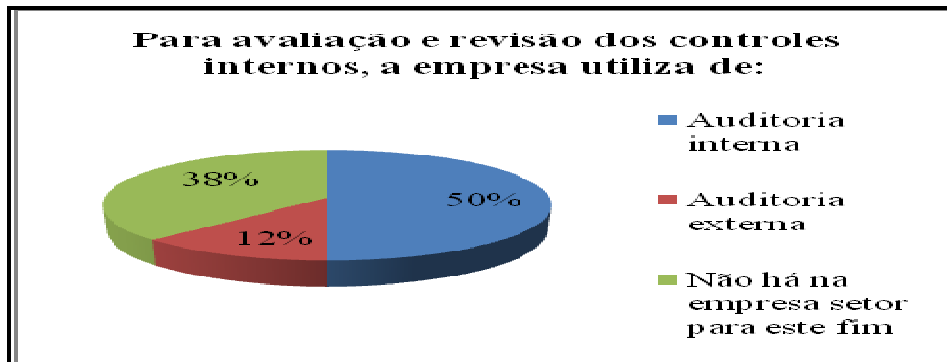
### **4. ANÁLISE DOS DADOS**

#### **4.1 Análises dos Controles Gerais**

Ao analisar as respostas obtidas dos questionários aplicados ficou evidente que nos oito tipos de controles analisados houve uma supremacia das respostas “100% ”.



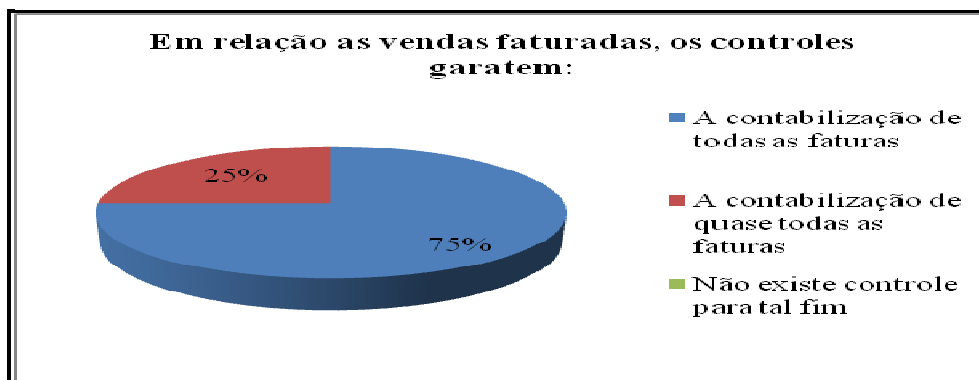
**Figura 1 – Utilização de Auditoria Interna e Externa**



Conforme demonstra a figura 1, para a avaliação e revisão dos controles internos 50% utiliza auditoria interna. Entretanto detecta-se, um ponto a ser repensado para os empreendedores agrícola que ainda não utilizam a auditoria interna, visto que a Auditoria Interna tem como objetivo monitorar e estabelecer planos e métodos de trabalho para tornar os mecanismos mais eficientes. Bem como, verificar se as metas e objetivos estão sendo alcançados.

#### 4.2 Análise dos Controles Internos Relacionados a Venda e Recebimento

**Figura 2 – Controle de Vendas Faturadas**



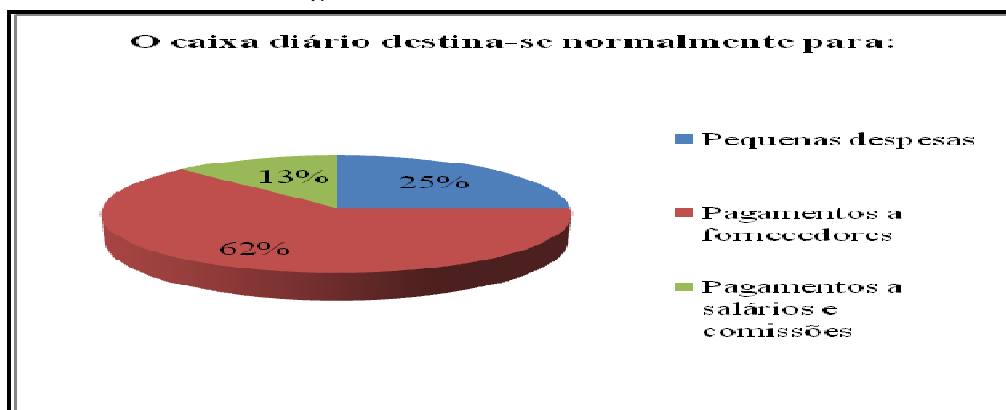
Diante das respostas obtidas na figura 2, fica evidente que os controles garantem 75% da contabilização de todas as faturas e 75% assegura o faturamento de todas as vendas. Entretanto, o resultado obtido demonstra que há controle de contabilização de faturamento de vendas significativo.

Quanto aos demais quesitos analisados pode ser observado que os controles sobre vendas demonstram resultados positivos, haja vista que 62% são responsáveis pela emissão de

nota fiscal e também lançar e conferi os registros de vendas. Em relação aos procedimentos de vendas, as rotinas de controle não foram satisfatória, visto que, somente 37% evita registro de vendas fictícias e 38% evita registro de vendas com valores irreais. Demonstrando falha nesse controle. Em relação as contas a receber foi questionado com a opção de resposta sim ou não se são utilizados relatórios para a Diretoria/Gerência acompanhar a evolução das contas a receber e as respostas obtidas foram 100% sim. Tal fato demonstra um resultado positivo. É de fundamental importância que a diretoria e/ou gerência tenha conhecimento dessa evolução, para possíveis tomada de decisão.

### 4.3 Análise dos Controles de Caixa

Figura 3 – Destino do Caixa Diário



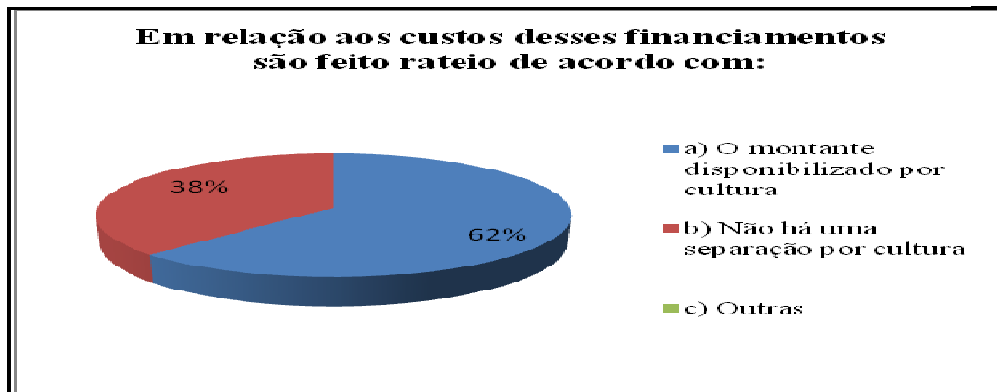
De acordo com a figura 3, as respostas não foram todas satisfatórias. Visto que no caixa diário 62% tratam pagamentos a fornecedores e 13% pagamentos a salários e comissões. Sabe-se, que o objetivo do caixa diário é facilitar o atendimento das necessidades de pagamento de pequenas despesas, conforme resultado, somente 25% destina para esse fim. As respostas relacionadas ao acesso do caixa diário foram positivas, uma vez que, 87% tem acesso somente ao recurso do caixa e 13% nunca tendo acesso a outros fundos.

Em relação as conciliações das contas obtiveram respostas positivas, 100% faz-se a conciliação periodicamente. Outra resposta positiva, são referente aos comprovantes formais dos pagamentos através do caixa diário, onde 100% respondeu que têm comprovante formal para os devidos pagamentos. Quanto a formalização dos comprovantes de pagamentos, 75% responderam sim, referindo-se, que o comprovante de pagamento é apresentado no momento do reembolso.

Desta forma, o resultado obtido na análise dos controles de caixa não foram todos satisfatórios, de modo que, não compreende todos os aspectos fundamentais e procedimentos necessários e demonstra alguns requisitos que precisam ser aprimorados.

#### 4.4 Análise dos Controles de Financiamentos Rurais

Figura 4 – Rateio dos Custos dos Valores Financiados



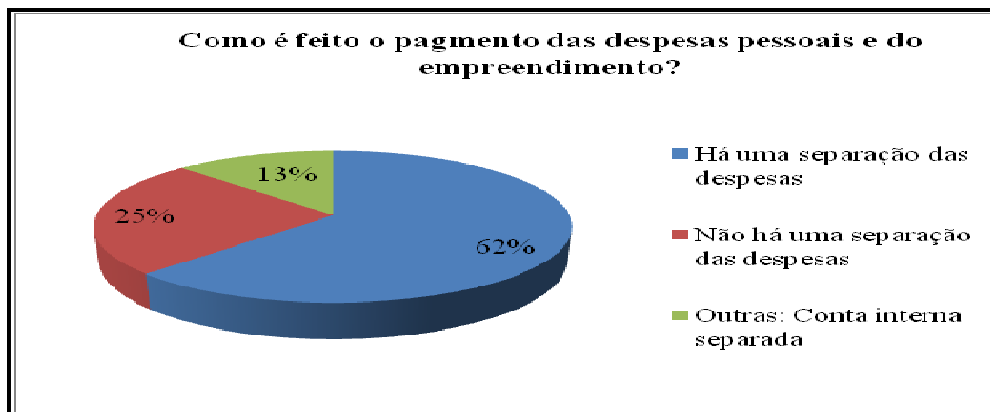
Conforme demonstra a figura 4, referindo-se aos rateios dos custos 62% são feitos de acordo com o montante disponibilizado por cultura, porém 38% não fazem essa separação. Referente às respostas relacionadas à garantia em uma possível frustração, 62% responderam que os recursos são suficientes, 25% são insuficientes e 13% utilizam outros tipos de recursos. Em relação ao montante disponibilizado pelos agentes financiadores, foi questionado se os recursos são suficientes para custear as lavouras, numa resposta de sim ou não, obteve 75% sim. No quesito referente à separação de recursos por cultura, 75% responderam que é creditado em uma única conta e 25% creditado na conta pessoal, o que torna um ponto negativo, visto que, é necessário que haja diferenciação das contas particulares para as contas envolvidas na atividade. Outro destaque é referente à utilização do recurso, 75% utilizam na cultura destinada, enquanto que 25% não têm controle dessa utilização, outro ponto a ser repensado.

Diante dos resultados obtidos observou-se que as respostas foram negativas, o que demonstra que existe uma fragilidade no controle dos valores liberados para o financiamento das culturas, onde não há uma separação de recursos por cultura e destinação exata desses recursos, por isso dificulta desde a mensuração dos custos a alocação de novos recursos para uma possível frustração em uma determinada cultura. Outrossim, a falta dessa distinção pode comprometer os relatórios de lucro por cultura, tendo em vista que, a aquisição

de recursos de terceiros geram encargos financeiros, o que nesse caso seriam absorvidos por apenas um dos seguimentos desenvolvidos pela entidade.

#### 4.5 Análise dos Controles de Contas a Pagar

Figura 5 – Pagamentos das Despesas

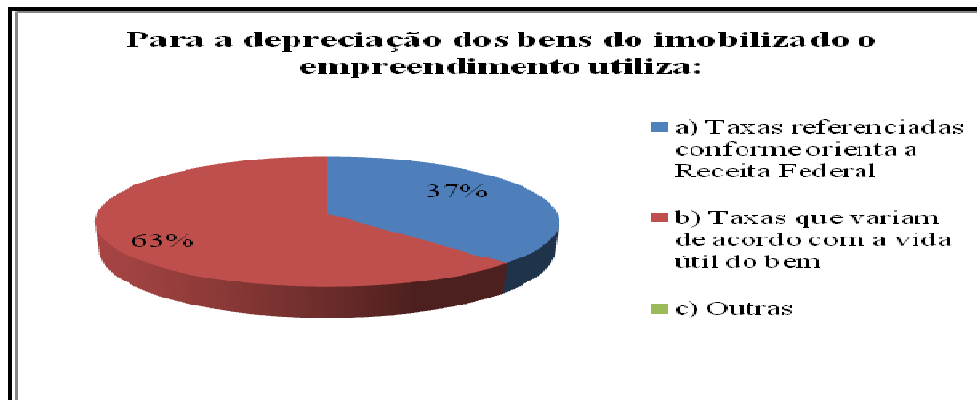


De acordo com a figura 5, há falha em relação a separação das despesas, visto que 25% das despesas pessoais não se divide das dos empreendimentos, tornando-se um ponto negativo. Relacionado ao controle e conferência anterior e posterior a emissão de cheques, as respostas foram 100% sim. Quanto a utilização de um sistema protetor, para evitar que as quantias mencionadas nos cheques sejam adulteradas, obteve-se um índice de 75% de sim em uma opção de resposta sim ou não. Em relação ao manuseio dos cheques 12% das pessoas que manuseiam e aprovam a emissão dos cheques também assinam e, 25% detém custódia de valores e documentos. Referente a conciliação, 63% das pessoas que fazem os pagamentos e emitem os cheques também fazem a conciliação bancária.

Sabe-se que é de fundamental importância manter um controle mais minucioso nesse setor, para que não venha trazer nenhum prejuízo e ainda evitar consequências futuras. Portanto, essas deficiências encontradas devem ser analisadas e corrigidas para evitar transtorno futuramente.

#### 4.6 Análise dos Controles Relacionados ao Ativo Imobilizado

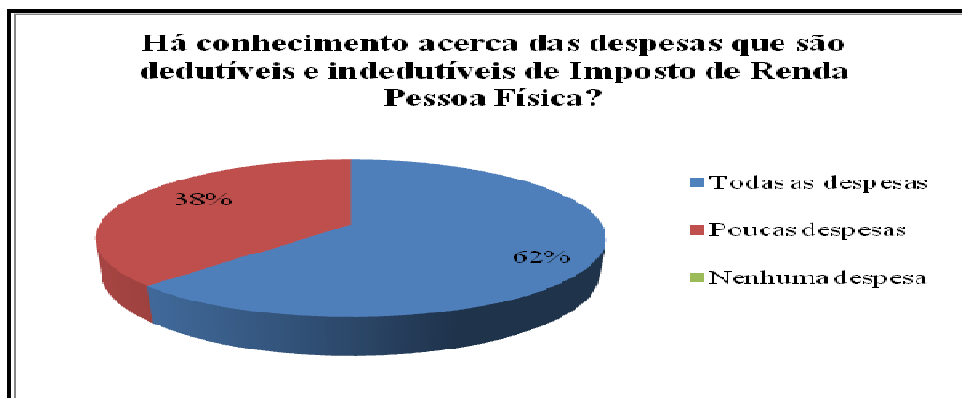
Figura 6 – Depreciação do Imobilizado



De acordo com a figura 6, fica evidente que 63% utiliza taxa que variam de acordo com a vida útil do bem para depreciá-lo. No entanto, somente 37% utiliza taxa conforme orienta a Receita Federal. No quesito baixa ou venda do imobilizado 87% necessitam de autorização competente e 13% respondeu que não necessita dessa autorização. Referente ao quesito controle do ativo imobilizado, 100% responderam que o controle é suficiente para distinguir a entrada de bens para reposição ou nova aquisição. Quanto ao levantamento e inspeção periódica dos bens, 100% responderam que são realizadas constatemente. Em relação aos bens obsoletos e depreciados 100% responderam que os controles evita sua contabilização ou permanência. De acordo com os itens analisados, as respostas foram satisfatórias, detectando alguns controles a serem aprimorados.

#### 4.7 Análise dos Controles Relacionados ao Imposto de Renda

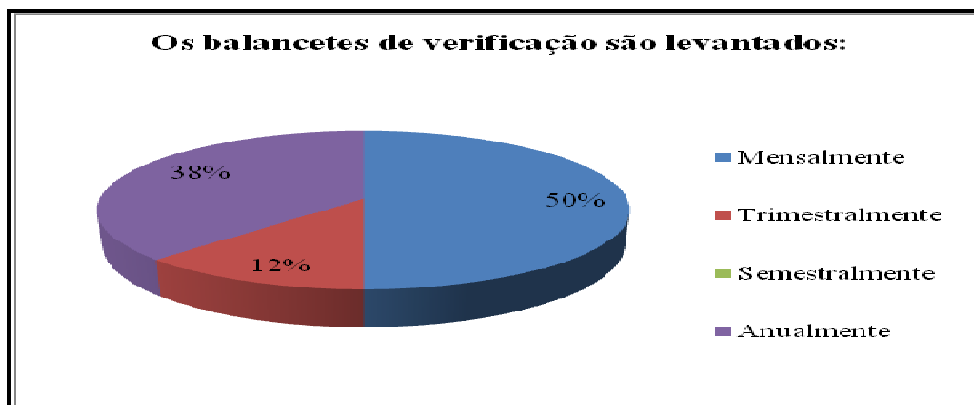
Figura 7 – Despesas Dedutíveis e Indedutíveis do Imposto de Renda



Conforme demonstra a figura 7, fica claro que 62% tem conhecimento de todas as despesas que são dedutíveis e indedutíveis do Imposto de Renda Pessoa Física, no entanto, 38% conhece poucas despesas. Sabe-se que as despesas dedutíveis reduzem a base de cálculo do imposto de renda, portanto é de suma importância que o contribuinte tenha conhecimento dessas despesas. No quesito declaração de Imposto de Renda, 75% responderam que é feita por um contador interno, enquanto que 25% faz com contador externo. Quanto ao arquivo dos documentos, 100% responderam que faz arquivo mensal dos documentos que constam na declaração de ajuste anual para fins de divergência. Em relação à apuração mensal do Imposto de Renda para fins de aproveitamento dos prejuízos 71% responderam sim, enquanto que 29% respondeu não. Desta forma, conclui-se que a maior parte das respostas obtidas foram positivas, detectando somente alguns pontos a serem aprimorados.

#### 4.8 Análise dos Controles de Lançamentos Contábeis

Figura 8 – Levantamento dos Balancetes de Verificação



De acordo com a figura 8, nota-se que o levantamento dos balancetes de verificação que 50% são feitos mensalmente. Em relação ao quesito conciliações das contas, 75% fazem mensalmente. Referente ao plano de contas, 87% utiliza elaborado pelo contador do empreendimento. No entanto, a utilização desse plano deve ser revista, de modo que, somente 50% tem manual que esclareça o funcionamento das contas e é de fundamental importância conhecer o funcionamento para garantir a eficácia dos sistemas.

Desta forma considera-se os resultados positivos, visto que os lançamentos contábeis adequados são de fundamental importância para o controle financeiro dos empreendimentos.

#### **4.9 Análise dos Resultados Gerais**

Ao analisar as respostas obtidas dos questionários aplicados ficou evidente que nos oito tipos de controles analisados houve uma supremacia das respostas “100%”. Quanto à análise feita nos “Controles Gerais”, 50% utiliza auditoria interna, evidenciando a necessidade dos empreendedores agrícolas se aprimorarem nesse aspecto. Haja vista que, com o grande volume de operações envolvida nesse setor, é fundamental o funcionamento com efetividade da auditoria interna.

Os principais problemas detectados na análise dos questionamentos sobre “Controles Relacionados a Vendas e Recebimentos”, se referem à falta de controle para evitar registro de vendas fictícias e vendas com valores irreais, demonstrando uma fragilidade no sistema de controle. Em relação aos “Controles de Caixa” a principal deficiência encontrada é relacionada ao recurso do caixa diário, visto que são feito pagamento a fornecedores e salários, enquanto que o objetivo é somente para pequenas despesas.

Na análise relacionada aos “Controles de Financiamentos Rurais”, foi detectado fraqueza nos controles referente a destinação de recurso, visto que, não há separação de conta por cultura financiada. Nos “Controles de Contas a Pagar”, a principal falha detectada está relacionada às pessoas que manuseiam, aprovam, fazem pagamentos e emitem cheques também assinam e faz as conciliações bancárias.

Em relação ao “Controle do Ativo Imobilizado,” todas as respostas foram positivas. Os controles relacionados ao “Imposto de Renda” demonstram que os empreendimentos possuem controles adequados ou que necessitam de pequenas correções. E por último, destacando-se os questionamentos referentes aos controles de “Lançamentos Contábeis”, em que todas as respostas foram positivas, somente alguns pontos necessitam de serem aprimorados.

### **5. CONCLUSÃO**

Diante do constante crescimento do agronegócio nos últimos anos e das grandes mudanças ocorrida no setor agrícola, a Auditoria Interna vem se destacando como ferramenta fundamental para o sucesso desses empreendimentos. O empresário agrícola com o objetivo

de obter resultado eficaz necessita de mecanismos que verifique se as principais práticas de controles internos adotados funcionam com efetividade.

Através da fundamentação teórica, foi possível atingir os objetivos específicos. De forma que foram apresentados teorias e conceitos voltados para a Auditoria Interna, sua origem, evolução, sua importância e necessidade.

Outro objetivo específico alcançado foi descrever a análise dos resultados obtidos através da pesquisa de campo relacionada aos controles internos financeiros, com o auxílio dos questionários aplicados, identificando o nível de seus controles internos. Foram analisados controles utilizados em contas a pagar, contas a receber, controle de lançamentos contábeis e controle do ativo imobilizado. Constatou-se alguns controles inadequados que merecem maior atenção por parte dos empreendedores agrícolas, de modo que, podem comprometer o sistema como um todo, necessitando, portanto de uma reformulação nesses controles para garantir o bom desempenho das atividades dos empreendimentos. Também foram destacados os controles adequados que atendem todos os aspectos básicos, procedimentos e práticas compatíveis aos interesses das entidades objeto de pesquisa.

De acordo com os resultados obtidos, ficam evidentes que há empreendedores rurais utilizando método de controles adequado para o grande número de operações envolvidas nesse segmento, porém ainda é um número relativamente baixo. Portanto, pode-se verificar que a hipótese foi confirmada, visto que, trata-se de um percentual relevante de empreendedores rurais que ainda não aderiram um sistema de controle interno adequado, de forma que, a inexistência desses métodos de controles poderá prejudicar a alavancagem do seu real resultado econômico.

Diante das considerações expostas neste trabalho pode-se afirmar que, a Auditoria Interna revela-se extremamente importante, para avaliar e examinar o desempenho em um determinado período e também detectar áreas problemáticas sugerindo correções. Cabe ressaltar que esse trabalho não tem objetivo de exaurir a discussão sobre o tema, sendo somente instrumento para estudo e desenvolvimento de pesquisas futuras.



## REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria Conceitos e Aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 781/95 de 24 de março de 1995. Aprova a NBC PI 01 – Normas Profissionais do Auditor Interno. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br> > acesso em 14/04/2012.

DÓRICO, Jorge; SANTIAGO, Moreno. **Controle Interno**. Disponível em: < <http://www.geocities.ws/seminariounb/arquivos/grupo2turmaa.pdf> > acesso em 10/08/2012.

ESTIGARA, Adriana; PEREIRA, Reni; LEWIS, Sandra A. Lopes Barbon **Responsabilidade Social e Incentivos Fiscais**. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCO, Hilário, MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JUND, Sérgio. **Auditoria Conceitos, Normas, Técnicas e Procedimentos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

MARQUES, Wagner Luiz. **Auditoria**. 2010. Disponível em: < <http://books.google.com.br/books?id=67lBOiTS2ucC&pg=PA13&lpg=PA13&dq=Evolu%C3%A7%C3%A3o+da+auditoria+no+Brasil&source=bl&ots=ZXvLT4TpMy&sig=>> > acesso em 10/08/2012.

MAS, José Ademir Dal. **Auditoria Independente**. São Paulo: Atlas, 2000.

REINERT, Nilséia. **A Necessidade de Organização dos Controles Financeiros para uma Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis**. Disponível em: < <http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=127> > acesso em 23/07/2012.

SANTOS, Marcos Igor da Costa. **Auditoria Interna como Instrumento Formador da Eficiência e Eficácia dos Resultados Organizacionais**. disponível em: < [http://www.redenet.edu.br/publicacoes/arquivos/20080922\\_105130\\_GEST-011.pdf](http://www.redenet.edu.br/publicacoes/arquivos/20080922_105130_GEST-011.pdf) > acesso em 26/07/2012.

SILVA, Erlon Rodrigo. **A Importância da Auditoria Interna na Gestão dos Recursos Financeiros: Um Estudo de Caso em uma rede de Concessionárias de Veículos**. Florianópolis: 2008. Disponível em: < <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291639> > acesso em 14/04/2012.